



Empresa de Planejamento e Logística S.A.

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA
GERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE

Estudo Técnico Preliminar da Contratação/GEMAB-EPL/DPL-EPL-EPL

Brasília, 17 de novembro de 2020.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

1. OBJETIVO

1.1. O presente documento tem como objetivo apresentar os principais elementos necessários à elaboração da contratação de serviços especializados que subsidiem a Empresa de Planejamento e Logística S.A - EPL a viabilizar o licenciamento ambiental da BR 158/MT, atendendo aos procedimentos legais da Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/81, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90; pelas Resoluções nº 001/86 e nº 237/97, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA; e pela Portaria Interministerial nº 060/2015, ao IBAMA, bem como aos órgãos envolvidos no procedimento de licenciamento ambiental, para obtenção de Licença de Operação para os trechos norte e sul, referentes à operação dos trechos norte e sul, extensão total de 303,3 km, incluindo a elaboração e a execução de Programas Ambientais.

1.2. Este Estudo Preliminar Técnico tem por base o ofício nº 363/2020/GAB - SFPP/SFPP, do Ministério da Infraestrutura. Adicionalmente, o Estudo Preliminar visa atender as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em especial da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, o Regulamento de Licitações da EPL e, sobretudo a Lei Federal nº 13.303/2016.

1.3. Conforme art. 79 do Regulamento de Licitações da EPL caberá ao Agente/Comissão de Licitação conduzir a sessão pública, que poderá ser realizada pelos modos de disputa aberto ou fechado.

2. BREVE HISTÓRICO

2.1. O Programa de Concessões de Rodovias Federais teve início em 1993 e foi criado pela Portaria Ministerial nº 10/93. Com a promulgação da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, foi criada a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, vinculada ao Ministério da Infraestrutura. Nesse contexto, o papel da regulação do setor de transportes terrestres, incluindo a regulação dos contratos das rodovias federais concedidas passou a ser exercido pela ANTT.

2.2. A Rodovia BR 158/MT está inserida no rol de empreendimentos prioritários do Governo Federal, conforme o disposto na 10ª Reunião do Conselho do PPI, por meio da Resolução nº 69, de 21/08/2019, convertida no Decreto nº 10.138, de 28/11/2019.

2.3. A qualificação da rodovia para Concessão ficou a cargo Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI), o qual incluiu no rol de Concessões rodoviárias Federais os estudos necessários para Concessão do sistema rodoviário da BR-155/158/MT/PA, consubstanciado no trecho da BR-158, entre Ribeirão Cascalheira/MT (entroncamento com a BR-080) e Redenção/PA (entroncamento com a BR-155), e da BR-155, entre Redenção/PA (entroncamento com a BR-158) e Marabá/PA (entroncamento com a BR-222), com extensão de 1.135,1 quilômetros, considerando a variante

que contorna a Terra Indígena Marãiwatsédé, mediante a Resolução CPPI nº 104/2019, de 19 de novembro de 2019, publicada em 07/01/2020, com estimativa para finalização dos Estudos para o primeiro semestre de 2021 e licitação para contratação da Concessão para o segundo semestre de 2021.

2.4. Em 22/05/2020, a presidência da EPL recebeu o ofício nº 363/2020/GAB - SFPP/SFPP do Ministério da Infraestrutura, o qual solicita as providências para o prosseguimento do licenciamento ambiental relativo ao projeto da BR-158/155/MT/PA.

2.5. Em virtude de discussões técnicas junto à Coordenação de Transportes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, ocorrida no dia 12/11/2020, houve readequação no escopo dos produtos, o que provocou uma redução no orçamento anteriormente realizado.

3. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação encontra-se no escopo do Projeto Básico e nos Termos de Referências dos órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental da BR 158/MT, a ser realizado pela EPL.

3.2. Destaca-se que a EPL possui ampla *expertise* nos Procedimentos de Licenciamento Ambiental Rodoviário, para fins de Concessão. Nesse ponto, desde 2013, a EPL vem promovendo a Gestão Ambiental junto aos órgãos licenciadores e intervenientes ao processo de licenciamento ambiental, visando à obtenção das licenças ambientais e autorizações, objetivando viabilizar ambientalmente os sistemas rodoviários para fins de Concessão. Dos 15 Sistemas Rodoviários e 1 Sistema Ferroviário que o Ministério da Infraestrutura solicitou à EPL para viabilizar ambientalmente, foram obtidas nove (9) Licenças Prévias (LPs) e cinco (5) Licenças de Instalação (LI), além disso 6 Estudos Ambientais estão em análise nos órgãos ambientais e 1 Estudo Ambiental (Ferroviário) em fase de elaboração.

3.3. Assim, como princípio, definiu-se que a condução dos Procedimentos de Licenciamento para regularizar e viabilizar ambientalmente a BR-158/MT será realizada pela EPL, aproveitando-se a *expertise* da equipe técnica da Empresa.

3.4. A partir das discussões realizadas no âmbito da Gerência de Meio Ambiente, Diretoria de Planejamento e Presidência da EPL, com participação da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura e DNIT, definiu-se o escopo de Trabalho para o licenciamento ambiental do Sistema BR 158/MT.

3.5. Durante a elaboração do escopo de Trabalho, definiu-se a necessidade de contratação de serviços externos que sirvam de subsídio a regularização ambiental a ser realizada pela EPL. A necessidade decorre de diversos fatores, podendo-se citar:

- I - pendências ambientais junto ao órgão licenciador e intervenientes ao processo de licenciamento ambiental;
- II - aproveitamento da *expertise* do mercado na prestação de serviços específicos;
- III - ganhos de escala na contratação;
- IV - melhor aproveitamento da equipe da GEMAB da EPL; e
- V - grau de especialização de determinados serviços.

3.6. Quanto ao **cronograma**, verifica-se a existência de diversas etapas internas e externas nos procedimentos de licenciamento ambiental que devem culminar com a realização do leilão do ativo. Nesse ponto, a contratação externa trará uma série de subsídios necessários à regularização ambiental do Sistema a ser Concessionado. Por exemplo, a execução dos programas ambientais necessários para obtenção das LOs dos trechos em operação da BR 158/MT.

3.7. Ainda sobre o cronograma, é importante notar que os serviços externos a serem contratados demandam um montante considerável de atuação de profissionais *in loco* na BR 158/MT, para execução dos Programas ambientais exigidos pelo órgão licenciador, PBAs. Nesse ponto, entendeu-se que a utilização

exclusiva do corpo técnico da EPL poderia trazer riscos na execução dos trabalhos *in loco*, dada a amplitude do escopo.

3.8. No que tange a **expertise do mercado**, entendeu-se que a EPL não apresenta um quadro técnico suficiente para o atendimento ao grau de especialização necessário. Cita-se como exemplo a necessidade do envolvimento de profissionais da área de biologia especializados em fauna terrestre e aquática específico da região de Mato Grosso. Ou seja, tratam-se de serviços complexos oferecidos pelo mercado e que não demandam rearranjos internos de equipe, capacitação ou busca por profissionais específicos para o quadro da EPL. Adicionalmente, a experiência do mercado nessas áreas deve trazer ganhos técnicos aos Estudos Ambientais.

3.9. Outro ponto relevante é a possibilidade de **ganhos de escala** na contratação. Além dos requisitos técnicos dos serviços objeto da contratação, há de se atentar aos aspectos logísticos e operacionais dos trabalhos. Nesse ponto, grande parte dos serviços contratados demanda a realização de trabalhos de campo (*in loco*) e com uma quantidade significativa de mão-de-obra, bem como de reuniões em Brasília. Nesse ponto, aproveitar a estrutura de empresas com atuação local ou nacional podem trazer ganhos de produtividade para o projeto e reduzir os custos com deslocamentos, com possibilidade de utilização dos mesmos profissionais em mais de um serviço.

3.10. Deve-se, ainda, considerar a melhor utilização dos quadros da EPL especializado em licenciamento ambiental de sistemas rodoviários para fins de Concessão. Além da regularização ambiental da BR 158/MT, cabe destacar que a equipe também é responsável pela condução dos procedimentos de Licenciamento Ambiental junto aos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental de Rodovias Federais e Ferrovia Federal quais sejam: IBAMA, FUNAI, Ministério da Saúde, IPHAN, Fundação Cultural Palmares, órgãos estaduais de meio ambiente, órgãos gestores de unidades de conservação, dentre outros em nível municipal, além de compor o Programa de Concessões de Rodovias Federais do Ministério da Infraestrutura. Assim, o deslocamento dos profissionais para atividades como, por exemplo, levantamento de dados primários, realização de laudos de equipamentos para análise de água por longo período de tempo, entre outros, seria um risco para o referido Programa de Concessões Rodoviárias. Além disso, considera-se que a *expertise* dos profissionais será melhor empregada nas atividades de supervisão do trabalho dos contratados mediante reuniões de alinhamento, acompanhamento do cronograma de trabalhos e gestão do contrato de prestação de serviço firmado com a contratada. Com base nos estudos ambientais específicos para atendimento ao Processo de licenciamento ambiental da BR 158/MT junto aos órgãos envolvidos no licenciamento, a equipe da EPL realizará as análises necessárias para obtenção das licenças e autorizações ambientais, visando a regularização ambiental do Sistema e viabilidade ambiental para realização do leilão de Concessão.

3.11. Pelo exposto, atesta-se a necessidade da contratação em função do apertado cronograma, da expertise do mercado na prestação de serviços considerados complexos, pela melhor utilização do quadro funcional da EPL no desempenho de atividades de supervisão da contratada e nos ganhos de escala decorrentes da contratação. Ainda, alinha-se ao escopo dos serviços, trazendo economicidade, aumento da produtividade e redução dos riscos no cumprimento do cronograma preliminar acordado com o Poder Concedente.

4. ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA EPL

4.1. Verifica-se que a contratação está alinhada com as ações previstas para o exercício de 2020 do Programa de Concessões de Rodovias Federais do Governo Federal, conforme Resolução CPPI nº 104/2019, de 19 de novembro de 2019, publicada em 07/01/2020 e o ofício nº 363/2020/GAB - SFPP/SFPP do Ministério da Infraestrutura datado de 22/05/2020, o qual solicita as providências para o prosseguimento do licenciamento ambiental relativo ao projeto da BR-158/155/MT/PA.

4.2. Nesse contexto, conforme o art. 6º da Resolução nº 1, de 13 de setembro de 2016, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, “Quando o objeto do contrato o exigir, a licitação dos empreendimentos ficará condicionada, na forma da legislação aplicável, à

atestação de sua viabilidade ambiental mediante a expedição da Licença Prévia – LP ou das diretrizes para o licenciamento ambiental”.

4.3. Assim, compete à Empresa de Planejamento e Logística – EPL, dentre outras atividades, “obter licença ambiental necessária aos empreendimentos na área de infraestrutura de transportes; desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes; e acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados” – artigo 9º, incisos VIII, IX e X, do seu Estatuto Social, motivo pelo qual se justifica a presente contratação.

4.4. Registra-se que a presente demanda foi devidamente inserida no Sistema PGC, Item 190, PAC 2021, em atendimento as disposições da Resolução DIREX nº 03/2020.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A definição dos requisitos técnicos da contratação dependem da complexidade dos serviços a serem prestados e da não-limitação a competição no certame licitatório. Assim, buscaram-se parâmetros objetivos para a qualificação técnica tanto dos coordenadores de cada equipe quanto da contratada.

5.2. Qualificação técnica da Licitante

5.2.1. Na fase de habilitação, serão solicitados os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal, na forma da lei, bem como atestados de capacitação técnica da empresa e de qualificação técnica profissional da equipe, conforme a seguir:

5.2.1.1. Certidão de registro ou inscrição da Empresa Licitante e dos respectivos profissionais detentores dos atestados exigidos, no item 11, deste Estudo Técnico, na Entidade Profissional competente, com validade na data de apresentação da proposta.

5.2.1.2. Atestados de Capacidade Técnica da Empresa.

5.2.1.3. Somente serão consideradas habilitadas para execução do objeto deste Estudo Técnico as licitantes que demonstrarem possuir conhecimento compatível, conforme documentação abaixo especificada.

5.2.1.4. A capacitação técnica da empresa será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

Tipo de Atestado	Quantidade de atestados exigidos
Elaboração de PBA	01
Execução de PBAs	01

5.2.1.5. Para habilitação técnica da empresa será exigido experiência em elaboração e execução de Plano Básico Ambiental (PBA) para licenciamento de obras rodoviárias ou ferroviárias, com extensão mínima de 150 km. Cabe destacar que a quilometragem especificada atende a orientação do TCU (Acórdão n.º 1.052/2012-Plenário, TC 004.871/2012-0) em permitir atestados com extensão de até 50% do total do objeto a ser licitado.

5.2.1.6. A fixação deste limite de atestado é pertinente para o exame da qualificação técnica do licitante, haja vista a natureza e a complexidade técnica do serviço de licenciamento ambiental para empreendimento desse porte. Essa qualificação é necessária para comprovar a experiência da empresa em licenciamento ambiental com um nível de complexidade mínima para a boa execução do objeto.

5.2.1.7. Para a apresentação dos atestados, será permitido o somatório de até 4 (quatro) atestados para o alcance da extensão mínima, visando à busca pela competitividade no certame licitatório.

5.2.1.8. Define-se como parcelas de maior relevância e valor significativo da licitação o PBA, sendo que são exigidos com o critério de extensão mínima, pois, trata-se da atividade que reflete tecnicamente a experiência da licitante necessária para a execução do objeto do presente certame.

5.2.2. A título de qualificação da empresa, deverão ser anexados atestado e/ou certidão comprovando a execução e elaboração dos PBAs, quando couber, neles constando os contratos, nomes do contratado e do contratante, manifestação de aceite dos estudos, e discriminação dos serviços.

5.2.3. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos acima.

5.2.4. Serão admitidos atestados parciais, para fins de habilitação da empresa, desde que comprovada a execução integral dos estudos que compõe a parcela de maior relevância (elaboração e execução de PBAs).

5.2.5. Todos os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, sendo vedada sua retirada ou substituição.

5.2.6. A não apresentação de qualquer documento solicitado acima ou sua apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas, implicará na automática inabilitação da LICITANTE.

5.2.7. A Contratada deverá considerar em sua estrutura, para execução dos serviços, os seguintes aspectos:

5.2.7.1. Constituição de equipe multidisciplinar, responsável pela execução dos serviços, conforme especificado na equipe de referência;

5.2.7.2. A efetiva mobilização da equipe, veículos, equipamentos e instalações compatíveis com as planilhas orçamentárias;

5.2.7.3. Adotar critérios de sustentabilidade ambiental, conforme os sugeridos a ser definida no Projeto Básico;

5.2.7.4. Prover todos os meios necessários à execução dos serviços, em consonância com o estabelecido na sua Proposta de Preços;

5.2.7.5. A empresa deverá manter escritório, veículos, laboratórios e instalações em geral, em número e localização apropriados para o bom desenvolvimento dos serviços, levando em consideração ainda a legislação ambiental e trabalhista; e

5.2.7.6. A mobilização da equipe, veículos e instalações da empresa Contratada deverão ser compatíveis com o cronograma dos serviços, em consonância com as orientações e solicitações da EPL.

5.2.8. Reforça-se o critério adotado já que a fixação deste limite de atestado é pertinente para o exame da qualificação técnica do licitante, haja vista a natureza e a complexidade técnica do serviço de licenciamento ambiental para empreendimento desse porte. Essa qualificação é necessária para comprovar a experiência da empresa em licenciamento ambiental com um nível de complexidade mínima para a boa execução do objeto.

5.3. **Subcontratação**

5.3.1. Tendo em vista a multidisciplinaridade dos serviços em pauta, será permitido que a Contratada subcontrate empresas para atividades complementares e acessórias, desde que sejam de sua inteira responsabilidade todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários inerentes à contratação, vedando-se a subcontratação das atividades de coordenação geral e coordenação dos estudos temáticos.

5.3.2. A Subcontratação somente poderá ocorrer mediante prévia autorização da EPL e não liberará a Contratada de quaisquer responsabilidades técnicas, legais ou contratuais, sendo que a Contratada responderá perante EPL pela parte que subcontratou.

5.3.3. A Contratada deverá apresentar à EPL documentação da Subcontratada, comprovando sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, bem como sua qualificação técnica, conforme a habilitação constante do Edital deste certame, quanto à execução da parcela do serviço subcontratada.

5.3.4. Dessa forma, entende-se que a possibilidade de subcontratação parcial aumentaria o número de empresas interessadas, ampliando a competição e a possibilidade de arranjos empresariais, trazendo benefícios ao processo licitatório sem incorrer em riscos à qualidade dos trabalhos.

5.4. Qualificação técnica dos coordenadores das equipes

5.4.1. Os coordenadores que fazem parte da etapa de habilitação da empresa deverão obrigatoriamente participar da equipe de execução dos serviços objeto desta contratação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente comunicado e autorizado pela EPL.

5.4.2. Comprovação de vínculo com a Contratada, que poderá ser das seguintes formas e atendendo os seguintes requisitos:

5.4.2.1. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

5.4.2.2. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

5.4.2.3. Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

5.4.2.4. Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo Conselho de Classe competente com a sua área de graduação, quando couber, da Sede ou Filial da Licitante onde consta o registro do profissional como RT, pertinente a função a ser exercida, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

I - Ficha de registro do empregado – RE, devidamente registrada no Órgão competente; ou

II - Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS, em nome do profissional; ou

III - Contrato Social ou último aditivo se houver; ou

IV - Contrato de prestação de serviços sem vínculo empregatício.

V - Declaração de Contratação Futura do profissional, acompanhada da anuência do profissional a ser contratado.

VI - Profissional contratado: contrato de prestação de serviço.

5.4.3. Alterações da Equipe Técnica:

5.4.3.1. As alterações na composição da equipe técnica serão possíveis mediante prévia solicitação da Contratada e aprovação formal da EPL; ou ainda quando solicitado pela própria EPL em função da ineficiência ou necessidade da execução dos trabalhos.

5.4.3.2. Somente será aprovada a substituição de integrantes da equipe dos estudos por outros que, na forma deste Estudo Técnico, atendam a legislação vigente e o perfil e funções exigidos para cada cargo.

5.4.4. A Qualificação da equipe técnica deverá ser avaliada da seguinte forma:

Função	Formação	Experiência Profissional	Tempo de Experiência
Coordenador Geral Quantidade: 1 profissional	Nível superior	Coordenação: Execução e elaboração de PBAs, para fins de licenciamento ambiental de rodovias ou ferrovias. Quantidade de Atestados Exigidos: 01	Profissional com mais de 10 (dez) anos de experiência

Função	Formação	Experiência Profissional	Tempo de Experiência
Coordenador de Meio Físico Quantidade: 1 profissional	Nível superior	Experiência em execução e elaboração de Programas Ambientais do Meio Físico para fins de licenciamento ambiental de rodovias ou ferrovias. Quantidade de Atestados Exigidos: 01	Profissional com mais de 10 (dez) anos de experiência
Coordenador de Meio Biótico Quantidade: 1 profissional	Nível superior	Experiência em execução e elaboração de Programas Ambientais do Meio Biótico para fins de licenciamento ambiental de rodovias ou ferrovias. Quantidade de Atestados Exigidos: 01	Profissional com mais de 10 (dez) anos de experiência
Coordenador de Meio Socioeconômico Quantidade: 1 profissional	Nível superior	Experiência em execução e elaboração de Programas Ambientais do Meio Socioeconômico para fins de licenciamento ambiental de rodovias ou ferrovias. Quantidade de Atestados Exigidos: 01	Profissional com mais de 10 (dez) anos de experiência
Observação: Na fase de habilitação da equipe técnica, não será aceito o mesmo profissional concorrendo para dois cargos de Coordenação.			

5.4.5. Os documentos hábeis para comprovação da qualificação da equipe técnica são os seguintes:

5.4.5.1. *Curriculum Vitae*, devidamente assinado pelo profissional designado para este cargo, conforme modelo a ser elaborado como ANEXO do Projeto Básico, demonstrando a experiência requerida para a função;

5.4.5.2. Diploma de graduação requerido para a função, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC e titulação de especializações ou pós-graduações na formação requerida, emitida por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC;

5.4.5.3. Registro no Conselho de Classe competente para sua área de graduação, quando couber; e

5.4.5.4. Declaração com o seguinte teor: “Declaro, sob as penas da lei, que executarei o objeto do Edital de RCE nº ____/2020-EPL, do Projeto Básico, do Cronograma, da Proposta da Empresa xxx e sem quaisquer incompatibilidades com outros projetos, em especial aqueles executados no âmbito da EPL”.

5.4.5.5. Atestados ou certidões indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados/averbados pelo Conselho Profissional competente, quando couber, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e discriminação dos serviços (conforme apresentado na habilitação);

5.4.5.6. Comprovação de vínculo com a Contratada, que poderá ser das seguintes formas e atendendo os seguintes requisitos:

- I - Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;
- II - Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade

anônima;

III - Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

IV - Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo Conselho de Classe competente com a sua área de graduação, quando couber, da Sede ou Filial da Licitante onde consta o registro do profissional como RT, pertinente a função a ser exercida, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Ficha de registro do empregado – RE, devidamente registrada no Órgão competente; ou
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS, em nome do profissional; ou
- c) Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
- d) Contrato de prestação de serviços sem vínculo empregatício.
- e) Declaração de Contratação Futura do profissional, acompanhada da anuência do profissional a ser contratado.

V - Profissional contratado: contrato de prestação de serviço.

5.4.6. O tempo de experiência mínima exigido para os Coordenadores que fazem parte da qualificação da equipe técnica é proveniente da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT (RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE AGOSTO DE 2020), constante da Nova “Tabela de Consultoria (ANEXO I – PREMISSAS e DIRETRIZES) de 2020”.

5.4.7. Os documentos hábeis para comprovação do tempo de experiência profissional da equipe técnica poderão ser certidão e/ou atestados, emitido pelo contratante principal dos serviços (órgão/ente público ou empresa privada), devendo ser juntado à documentação de modo a comprovar a experiência profissional em estudos para licenciamento ambiental.

5.4.8. Na fase de habilitação da equipe técnica, não será aceito o mesmo profissional concorrendo para dois cargos de Coordenação.

5.5. Possibilidade de formação de consórcios

5.5.1. Considerando que a contratação abrange diversidade e multidisciplinaridade, será permitida a participação de consórcios para viabilizar um maior número de interessados no certame e a seleção das propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Assim, devem-se definir regras editalícias que permitam a formação de consórcios, atendo-se, também, as regras necessárias à preservação da condição competitiva, como, por exemplo, a vedação a participação na licitação de qualquer pessoa jurídica em mais de um consórcio.

5.6. Propriedade Intelectual

5.6.1. Deve-se consignar nas regras editalícias que se ceda a EPL e ao Poder Concedente os direitos autorais e patrimoniais relativos aos produtos resultantes da prestação dos serviços e a utilização dos produtos pela EPL e Poder Concedente.

6. PESQUISA DE MERCADO

6.1. Esta contratação se baseou apenas na Tabela de Preços de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE AGOSTO DE 2020, constante na Nova Tabela de Consultoria DNIT (ANEXO I – PREMISSAS e DIRETRIZES) de 2020), em conformidade com as disposições do art. 6º, do Decreto nº 7.983/2013 c/c o inc. III, do art. 5º, da IN nº 73/2020-SEGES-ME.

7. ORÇAMENTO E PREÇO REFERENCIAL, JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA.

7.1. Para elaboração do Orçamento foram levantadas, junto ao DNIT e IBAMA, todas as pendências ambientais existentes, com intuito de se avaliar o cenário ambiental atual da rodovia.

7.2. De posse do levantamento das pendências ambientais, a equipe técnica da GEMAB fez uma avaliação das atividades necessárias para atendimento aos procedimentos de licenciamento ambiental junto ao IBAMA e órgãos intervenientes.

7.3. Por fim, estabeleceu-se como premissa a regularização ambiental do empreendimento, e para tanto, todos os procedimentos necessários para atendimento ao processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA e aos órgãos intervenientes, qual seja:

7.3.1. Execução dos Programas Ambientais (PBAs), para fins de obtenção das Licenças de Operação dos trechos norte e sul;

7.4. A extensão total do trecho é de 303,3 km e está fundamentado em exigência da legislação brasileira, notadamente na Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/81, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90; pelas Resoluções nº 001/86 e nº 237/97, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA; e pela Portaria Interministerial nº 060/2015, dos Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde.

7.5. Conforme especificado anteriormente, a metodologia aplicada para estimar o valor desta contratação tomou como referência a “Tabela de Preços de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE AGOSTO DE 2020, constante na Nova Tabela de Consultoria DNIT (ANEXO I – PREMISSAS e DIRETRIZES) de 2020)”.

7.6. A precificação considerou nos custos socioambientais as etapas do licenciamento pendentes, com seus respectivos estudos ambientais e respectivas licenças, bem como todo procedimento previsto em legislação, relacionando cada um dos itens que compõe o custo com a origem e justificativa. Foram considerados os custos por trecho (norte e sul), contemplando, naquilo que cabia: detalhamento dos custos do Sistema de Gestão Ambiental, envolvendo o detalhamento da estrutura organizacional envolvida (Pessoal Técnico e Administrativo) e respectiva tabela salarial de referência, bem como execução de Programas Ambientais.

8. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

8.1. A metodologia aplicada para estimar o valor desta contratação tomou como referência a “Tabela de Preços de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE AGOSTO DE 2020, constante na Nova Tabela de Consultoria DNIT (ANEXO I – PREMISSAS e DIRETRIZES) de 2020)”.

8.2. O custo da diária foi baseado em valores de diárias praticados pelo Governo Federal, conforme especificado no anexo I do Decreto 5.992 de 19/12/2006.

8.3. No orçamento de referência da EPL considera ainda todos os encargos especificados na “Nova Tabela de Consultoria DNIT (ANEXO I – PREMISSAS e DIRETRIZES) de 2020”.

8.4. O valor máximo da contratação para o objeto é o seguinte:

Valor máximo	R\$ 19.075.527,49
---------------------	--------------------------

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A solução de contratação dos produtos do escopo total do trabalho está inserida no contexto dos estudos e programas que subsidiam a emissão das licenças ambientais. A obtenção das licenças garante ao concessionário a operação do empreendimento.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO

10.1. A avaliação quanto ao parcelamento da solução e à individualização do objeto deve ser compreendida no contexto de todo o processo de licenciamento ambiental, de seus riscos e do Plano de Trabalho.

10.2. De início, cabe ressaltar a existência dos seguintes riscos relacionados ao parcelamento da solução: (i) o atraso na entrega de um dos produtos necessários para emissão de licenças e autorizações no contrato 1, por exemplo, poderia causar prejuízos em todo o cronograma do licenciamento ambiental da Rodovia BR-158/MT, repercutindo, negativamente, nos contratos 2 e 3; (ii) informações conflitantes em relatórios técnicos elaborados por diferentes contratadas também poderiam causar atrasos no cronograma do licenciamento ambiental; e (iii) com diferentes contratadas e maior número de contratos administrativos celebrados, há maiores custos de fiscalização e coordenação por parte da EPL, o que deve ser levado em consideração pela administração quando da decisão de licitar.

10.3. Não obstante os riscos identificados, entende-se que é possível sua prevenção e mitigação com a diligência da fiscalização do contrato, a ser empreendida entre técnicos altamente qualificados da Gerência de Meio Ambiente (GEMAB) da Companhia.

10.4. Ademais, segundo apurado, parte do objeto a ser licitado pela EPL já foi objeto de licitação/contratação pelo DNIT. Trata-se dos produtos “4.9 Execução PAÍNDIO” e “2. Elaboração dos estudos ambientais para o trecho do Contorno Leste – Requerimento da LI”. Assim, com o objetivo de não haver sobreposição de objeto contratual e de pagamento dúplice pelo mesmo serviço, atendendo à recomendação da Procuradoria Jurídica (PROJUR) no Parecer nº 36/2020/PROJUR/PRE/EPL (SEI 2902446), sugere-se seja o objeto da licitação dividido em três procedimentos licitatórios próprios (a. LO trechos norte e sul; b. PAÍNDIO; c. LI Contorno Leste), até que haja decisão definitiva sobre a possibilidade de sub-rogação, pela EPL, dos contratos do DNIT ou decisão, pela autarquia, de sua supressão.

10.5. Dessa forma, entende-se que a contratação fica preservada da sobreposição de serviços já contratados, sem perda de cronograma, em linha com a recomendação da PROJUR. Ademais, é fundamental ressaltar que o parcelamento proposto (a. LO trechos norte e sul; b. PAÍNDIO; c. LI Contorno Leste) está dividido espacialmente, preservando a estrutura e as distintas fases do licenciamento ambiental a ser empreendido, o que é tecnicamente adequado.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

11.1. Conforme amplamente discutido no presente Estudo Preliminar Técnico, pretende-se que a contratação traga a melhor alocação possível dos recursos humanos do quadro especializado no andamento tanto no licenciamento ambiental da rodovia em questão quanto nos demais que já se encontram em curso.

11.2. Quanto aos recursos financeiros disponíveis, importante notar que partes dos custos da contratação serão ressarcidas à EPL na ocasião da concessão, a ser pago pelo vencedor do certame. Assim, entende-se que existe uma receita atrelada a despesa incorrida no momento da presente contratação.

11.3. No que diz respeito aos recursos materiais, entende-se que a atuação local e nacional das empresas com *expertise* para a prestação dos serviços contratados tende a reduzir os custos com logística e na mobilização e desmobilização do pessoal a frente dos trabalhos, além dos riscos na execução dos trabalhos *in loco*, dada a amplitude do escopo.

11.4. Importante notar, também, que a estratégia da contratação encontra-se plenamente alinhada ao Plano de Trabalho acordado com a SFPP.

11.5. Além disso, importante consignar que a presente contratação encontra guarida no Plano Anual de Contratações do ano de 2021 da EPL, nos termos do item 4.4., do presente Estudo Técnico.

12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

12.1. Não foram identificadas necessidades de adequação do ambiente do órgão.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1. Foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes vigentes e em processo de contratação para o Trecho do Contorno Leste e Execução do PAÍNDIO, os quais estão sendo licitados separadamente pela EPL, por meio do Processo SEI n. 50840.101978/2020-26 e Processo SEI n.

50840.101977/2020-81, respectivamente. Além disso, é importante destacar a possível sub-rogação de instrumentos correlatos e interdependentes, consoante documentos constantes dos autos do processo 50840.100176/2020-07.

14. **DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.**

14.1. Pelo exposto, a Equipe de Planejamento da Contratação atesta a viabilidade da contratação.

15. **PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRETENSO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

15.1. A vigência do contrato será de 24 meses, podendo ser prorrogado, nos termos de dispositivo a ser estabelecido no Projeto Básico da pretensa contratação.

16. **NECESSIDADE DE SIGILO**

16.1. Não foi identificada a necessidade de classificar o Estudo Preliminar Técnico como sigiloso, nos termos da Lei nº 12.527/2011, devendo o presente Estudo ser anexado ao Projeto Básico

(Assinado eletronicamente)

CARLOS EDUARDO DE CASTRO

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

(Assinado eletronicamente)

GUSTAVO DE OLIVEIRA LOPES

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

(Assinado eletronicamente)

LEONARDO SILVA RODRIGUES

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

De acordo. Submeto este Estudo Preliminar Técnico ao Sr. Diretor de Planejamento para aprovação.

(Assinado eletronicamente)

CAROLINE MAIARA DE JESUS

COORDENADORA DE MEIO AMBIENTE

(Assinado eletronicamente)

PAULA DURANTE TAGLIARI

GERENTE DE MEIO AMBIENTE

APROVO o presente Estudo Preliminar Técnico como proposto, por atender as disposições da Lei nº 13.303/2016, bem como do regulamento de licitações e de gestão e fiscalização da EPL. Encaminhe-se a

Diretoria de Gestão para providências de sua alçada.

(Assinado eletronicamente)

RAFAEL ANTONIO CREN BENINI

Diretor de Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Maiara de Jesus, Coordenador(a)**, em 18/11/2020, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Silva Rodrigues, Assessor Técnico III**, em 18/11/2020, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo de Oliveira Lopes, Assessor Técnico III**, em 18/11/2020, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo de Castro, Assessor Técnico III**, em 18/11/2020, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Durante Tagliari, Gerente**, em 18/11/2020, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Antonio Cren Benini, Diretor de Planejamento**, em 18/11/2020, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3429777** e o código CRC **630C8A55**.



Referência: Processo nº 50840.101507/2020-18



SEI nº 3429777

Via W4 Sul, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C 8º andar - Bairro Asa Sul
Brasília/DF, CEP 70308-200
Telefone: (61) 3426-3719 - www.epl.gov.br